

## ÍNDICE

1 INTRODUÇÃO .....	23
2 PANORAMA DA COOPERAÇÃO JURÍDICA PENAL INTERNACIONAL.....	27
2.1 Globalização e cooperação jurídica penal.....	27
2.2 Abrangência e mecanismos de cooperação penal internacional .....	32
2.3 Fundamentos filosóficos e jurídicos tradicionais, aplicáveis à cooperação internacional.....	43
2. 4. Novos Fundamentos Constitucionais .....	47
3 REGIME JURÍDICO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM MEDIDAS PROCESSUAIS PENAS NO BRASIL.....	53
3.1 Definição e Diferenciações .....	53
3.2 Instrumentos.....	56
3.2.1 Carta Rogatória e Juízo de Delibação .....	56
3.2.2 Surgimento do auxílio direto.....	59
3.3 Panorama histórico normativo .....	61
3.3.1 Diplomas relativos à cooperação cível, que propiciaram o desenvolvimento da cooperação em medidas processuais penais .....	61
3.3.1.1 Convenção de Haia relativa à citação e notificação no estrangeiro de atos judiciais e extrajudiciais em matéria civil e comercial.....	61
3.3.1.2 Convenção Interamericana sobre Cartas Rogatórias do Panamá.....	62
3.3.1.3 Convenção Interamericana sobre Obtenção de Provas no Exterior .....	65
3.2.1.4 Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Medidas Cautelares .....	66

3.2.1.5 Protocolo de Las Leñas e Protocolo de Ouro Preto .....	68
3.2.1.6 Convenção de Nova Iorque sobre a Prestação de Alimentos no Estrangeiro .....	70
3.2.1.7 Convenção de Haia sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Menores .....	70
3.2.2 Diplomas relativos à cooperação em medidas processuais penais.....	71
3.2.2.1 Alguns Diplomas Materiais .....	72
3.2.2.2 Alguns Diplomas Processuais .....	74
3.3 Teoria dos Níveis ou Graus de Assistência – reflexos no Brasil.....	76
3.4 Instituição da Autoridade Central .....	80
3.5 Princípios da moderna cooperação em medidas processuais penais.....	84
3.6 Pressupostos e Limites Formais e Materiais à Cooperação .....	86
3.6.1 Pressupostos .....	86
3.6.2 Limites Formais à Cooperação.....	88
3.6.2.1 Pedido por escrito ou reduzido a escrito.....	88
3.6.2.2 Tradução para a língua do Estado requerido ou outro idioma aceito pelo Estado requerido.....	88
3.6.2.3 Autenticidade ou Legalização .....	89
3.6.2.4 Dados necessários .....	89
3.6.3 Limites Materiais à Cooperação .....	90
3.6.3.1 Princípio da Especialidade.....	90
3.6.3.2 Ordem Pública .....	91
3.6.3.3 Cooperação hábil a gerar ou viabilizar discriminação.....	94
3.6.3.4 Dupla incriminação .....	95



3.6.3.5 Delitos políticos ou com motivação política.....	96
3.6.3.6 Delitos militares .....	98
3.6.3.7 Proibição do <i>bis in idem</i> .....	100
3.6.3.8 Possibilidade de denegação em caso de prejuízo à investigação ou processo em curso no Estado requerido .....	102
3.6.3.9 Respeito às limitações probatórias previstas no sistema jurídico do Estado requerido.....	103
3.6.3.10 Sigilo bancário e fiscal.....	104
3.6.3.11 Questões fiscais.....	105
3.6.3.12 Imunidades Diplomáticas e Consulares.....	107
<b>4 INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO: CARTAS ROGATÓRIAS E AUXÍLIO DIRETO.....</b>	<b>109</b>
4.1 Cartas Rogatórias: objetivos e rito.....	109
4.1.1 Cartas Rogatórias Passivas.....	111
4.1.1.1 Questão da autoridade competente para a solicitação .....	112
4.1.1.2 Contraditório prévio.....	116
4.1.1.3 Cartas rogatórias executórias.....	119
4.1.1.4 Realização no Brasil de atos por autoridades estrangeiras.....	121
4.1.2 Cartas Rogatórias Ativas .....	123
4.2 O auxílio direto.....	124
4.2.1 Histórico do auxílio direto .....	125
4.2.2 O auxílio direto no entendimento dos nossos Tribunais.....	129
4.2.3 Auxílio direto no Brasil. Hipóteses.....	134
4.2.3.1 Primeiro grupo: auxílio direto como instrumento mais adequado para efetivação das medidas solicitadas .....	134

4.2.3.2 Segundo grupo: auxílio direto como um dos mecanismos hábeis à efetivação da cooperação .....	139
4.2.4 Procedimentos no auxílio direto.....	140
4.2.5 Defesa do concernedo.....	144
4.2.6 Constitucionalidade do auxílio direto no sistema jurídico pátrio.....	147
4.3 Medidas patrimoniais: o grande desafio .....	153
4.3.1. Recuperação de Ativos. Legislação Interna .....	154
4.3.2. Cautelares patrimoniais e confisco nos Tratados Multilaterais .....	157
4.3.3. Cautelares patrimoniais e confisco nos Tratados Bilaterais incorporados no ordenamento pátrio .....	161
4.4 Procedimentos específicos de cooperação: alguns aspectos a serem aclarados .....	167
4.5 Direito à demonstração da inocência .....	172
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	177
6 BIBLIOGRAFIA .....	187

